

SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ABORDAGEM ATRAVÉS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

JéssicaVitória da Silva Faria¹; Sara Duarte da Silva²; Tálita Naiane Francisca De Andrade³; Vania Gomes Cardoso⁴

¹; ²; ³; ⁴ Centro Universitário de Iporá

E-mail: jessicajeeh494@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema a abordagem da sexualidade na Educação Infantil, considerando-a como parte essencial do desenvolvimento humano e como direito das crianças à formação integral. O recorte específico da pesquisa concentra-se na análise de como a sexualidade pode ser trabalhada pedagogicamente nessa etapa da educação básica, com base nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular- BNCC, respeitando o estágio de desenvolvimento dos estudantes e promovendo o respeito à diversidade.

O problema de pesquisa que norteou o estudo é: como a sexualidade pode ser abordada na Educação Infantil com base nas orientações da BNCC, respeitando o estágio de desenvolvimento dos estudantes, visando à diversidade e à proteção da infância? A escolha do tema justificou-se pela necessidade de romper com os tabus, preconceitos e desinformações que ainda cercam o tratamento da sexualidade no contexto escolar, especialmente na primeira infância. Embora a BNCC proponha uma formação que contemple aspectos do corpo, das emoções e das relações interpessoais, observa-se que o tema da sexualidade ainda é silenciado ou tratado de forma inadequada nas práticas pedagógicas, muitas vezes por falta de formação docente ou receios culturais.

A concepção de infância, tal como a compreendemos atualmente, é resultado de um longo processo histórico, social e cultural. Durante séculos, a criança foi percebida como um ‘adulto em miniatura’ (Ariès, 1981), sendo inserida precocemente no mundo do trabalho e da vida adulta, sem reconhecimento de suas especificidades. De acordo com estudos da história social da infância, a valorização da infância como uma fase distinta da vida humana só começou a se consolidar a partir do século XVII. Essa transformação esteve associada a mudanças nas estruturas familiares, nas práticas educacionais e na visão da criança como sujeito de cuidados e formação.

A partir da modernidade, com o surgimento de políticas públicas voltadas à saúde, educação e proteção da infância, emergem novos discursos sobre a necessidade de se garantir direitos e condições adequadas ao desenvolvimento infantil. O reconhecimento da criança

como sujeito de direitos, consagrado em documentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reforça essa mudança de paradigma, que compreende a infância não como uma etapa de preparação para o futuro, mas como uma fase plena de significados, aprendizagens e experiências.

Para Paixão e Borges (2021), a criança constitui um objeto de estudo complexo, cuja compreensão demanda uma análise cuidadosa e sensível às múltiplas dimensões que permeiam sua existência. As concepções sobre a infância não são constituídas de forma neutra ou universal, mas, construídas a partir dos olhares, valores, expectativas e contextos socioculturais dos adultos que as formulam. Dessa maneira, consideramos os estudos da infância conforme o olhar plural e diversos, oriundo das interpretações que, muitas vezes, assumem posições antagônicas, revelando que cada autor ou teórico, ao elaborar um conceito, projeta não apenas sua visão da criança, mas também suas crenças normativas sobre os papéis sociais e comportamentais que devem ser assumidos tanto por ela quanto pelos adultos em sua convivência.

Historicamente, a concepção de infância se pautou em distinções marcadas e conflituosas, não em razão de incertezas sobre as vivências infantis em diferentes períodos históricos, mas devido às diversas interpretações teóricas e culturais propostas por diferentes autores. Um ponto central de debate entre essas perspectivas é a existência ou não do chamado ‘sentimento de infância’ conceito que remete à forma como a sociedade reconhece e valoriza a criança enquanto sujeito diferenciado do adulto (Paixão; Borges, 2021).

Entre os teóricos que negam a existência desse sentimento nas sociedades anteriores à modernidade, destaca-se Philippe Ariès, que argumenta que, por muito tempo, a infância foi vista como uma etapa irrelevante da vida, desprovida de valor afetivo ou simbólico significativo. Em sua obra, Ariès observa que a alta mortalidade infantil e a precariedade das condições de sobrevivência geravam uma espécie de distanciamento emocional em relação às crianças, naturalizando sua perda e tornando comum a ideia de que se geravam muitas, para garantir que algumas poucas sobrevivessem (Ariès, 1981).

No Brasil, os estudos sobre a perspectiva histórico-social da infância somente se tornaram mais conhecido a partir de 1991, quando houve a preocupação pelo registro da história da infância no país. Mary Del Priore é considerada pioneira, a partir da publicação da obra ‘História da Criança no Brasil’, o que inaugurou um contexto de pesquisa até então considerado incipiente. Del Priore (1991) foi responsável por destacar a influência do sentimento de valorização da infância identificado por Philippe Ariès na Europa Moderna, articulando essa perspectiva ao contexto brasileiro, especialmente à atuação dos missionários

jesuítas durante o período colonial.

A sexualidade e o gênero são categorias fundamentais para a compreensão do desenvolvimento humano. O gênero diz respeito às construções sociais, culturais e históricas que definem o que se espera de homens e mulheres em determinada sociedade. Já a sexualidade compreende um fenômeno biopsicossocial que envolve o corpo, os afetos, as emoções, os desejos e as formas de relação consigo e com o outro. Ambos os conceitos se manifestam desde os primeiros anos de vida, ainda que de maneira distinta da expressão adulta (Louro, 2019).

Na primeira infância, a sexualidade se expressa por meio da curiosidade corporal, da afetividade e das relações interpessoais. É nesse período que as crianças começam a formar percepções sobre si, sobre os outros e sobre o mundo, incluindo noções de identidade, pertencimento e respeito. Reconhecer a sexualidade infantil não significa erotizar a infância, mas sim compreender que os processos de desenvolvimento são complexos e exigem abordagens que considerem a diversidade e a singularidade de cada criança (Louro, 2020).

Conforme estabelece a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a transição da criança da Educação Infantil para o Ensino Fundamental exige um olhar sensível e criterioso, de modo a assegurar a continuidade e a coerência dos processos de aprendizagem, respeitando-se as especificidades do desenvolvimento infantil. Esse momento de passagem deve ser planejado com atenção às singularidades de cada criança, reconhecendo seus diferentes ritmos, modos de aprender, potencialidades e dificuldades na relação com o conhecimento (Brasil, 2018).

Mediante o exposto, o objetivo geral do estudo se encontra em analisar, com base na literatura disponível, como a sexualidade pode ser abordada na Educação Infantil a partir das orientações da BNCC, contribuindo para a formação integral das crianças. Como desdobramentos desse objetivo, definiram-se os seguintes objetivos específicos: discutir os significados da infância ao longo da história; apresentar um recorte conceitual sobre gênero, sexualidade e desenvolvimento infantil; analisar o papel da escola na constituição do “ser” integral na Educação Infantil; e descrever como a sexualidade é abordada na BNCC, considerando suas contradições e dicotomias.

METODOLOGIA DE PESQUISA

A presente pesquisa se caracterizou como qualitativa e de natureza bibliográfica, uma vez que se propôs a analisar e discutir, por meio de referenciais teóricos e documentos oficiais, a abordagem da sexualidade na Educação Infantil com base nas diretrizes da Base

Nacional Comum Curricular (BNCC). A escolha por uma abordagem qualitativa justificou-se pela complexidade do objeto de estudo, que envolve interpretações sobre práticas educativas, valores socioculturais e concepções sobre infância e sexualidade, os quais não podem ser quantificados, mas compreendidos em sua profundidade e significado (Cervo; Bevilan, 2018).

Como se tratou de uma investigação de caráter bibliográfico, não foram utilizados instrumentos diretos de coleta de dados empíricos, como entrevistas ou questionários. Em vez disso, o estudo foi conduzido por meio da análise de livros, artigos científicos, produções acadêmicas e documentos normativos, especialmente a BNCC, que serve como principal referência normativa da educação brasileira. A pesquisa também se fundamentou em autores que abordaram a infância, o desenvolvimento infantil, a sexualidade e a prática pedagógica na Educação Infantil.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados levantados a partir da análise bibliográfica revelam que, apesar dos avanços normativos presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a abordagem da sexualidade na Educação Infantil ainda enfrenta inúmeros desafios. A Base, em seus fundamentos, reconhece a importância da formação integral dos estudantes, prevendo o desenvolvimento de competências relacionadas à identidade, ao respeito mútuo, à convivência com a diversidade e à valorização do próprio corpo. No entanto, tais diretrizes são muitas vezes interpretadas de maneiras superficiais ou ignoradas na prática cotidiana das instituições escolares.

Os estudos consultados indicam que persiste uma cultura de silenciamento em torno do tema da sexualidade infantil. Muitos profissionais da educação ainda demonstram insegurança ou resistência ao tratar do assunto, o que pode estar relacionado à ausência de formação específica, aos valores pessoais e às pressões sociais e familiares. Essa realidade contrasta com a concepção contemporânea de infância como um período de intensas descobertas, interações sociais e construção de identidade, incluindo aspectos relacionados à sexualidade, que não se limitam à dimensão biológica ou genital, mas envolvem emoções, afetos, expressões de gênero e relações sociais.

A análise dos documentos oficiais e produções acadêmicas evidenciou que os campos de experiências 'O eu, o outro e o nós' e 'Corpo, gestos e movimentos', previstos na BNCC para a Educação Infantil, oferecem possibilidades concretas de abordagem da sexualidade. Nesses campos, é possível desenvolver práticas que estimulem o cuidado com o corpo, o respeito às diferenças, o conhecimento de limites e o fortalecimento da autonomia, desde que

mediadas por educadores(as) preparados(as) para agir com ética, empatia e conhecimento teórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, verificamos que, embora a BNCC contemple princípios que favorecem a valorização da identidade, do corpo e do respeito à diversidade, ainda há muitas barreiras para a efetivação de uma abordagem pedagógica da sexualidade na Educação Infantil. A ausência de formação docente específica, o medo de represálias sociais e institucionais, e a persistência de concepções equivocadas sobre infância e sexualidade reforçam o silenciamento em torno do tema, o que compromete uma educação ética, cidadã e protetiva.

Consideramos que é possível e necessário abordar a sexualidade de forma apropriada desde a primeira infância, desde que essa abordagem esteja ancorada em princípios pedagógicos, éticos e legais, e respeite as fases do desenvolvimento infantil. O reconhecimento da sexualidade como parte constitutiva do ser humano e como direito das crianças à educação integral exige, portanto, que as instituições educativas e seus profissionais se posicionem com responsabilidade, empatia e conhecimento teórico.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **Histórias da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

CERVO, A. L.; BEVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2018.

DEL PRIORE, M. O cotidiano da criança livre entre colônia e império. In: DEL PRIORE, M. **História da infância no Brasil**. Ed. Contexto, 1991.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2020.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

PAIXÃO, A. L. T.; BORGES, F. A. F. Concepções históricas de infância: leituras na Historiografia. **XX SEMANA DE EDUCAÇÃO** - Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora 04 a 06 de novembro de 2021. Disponível em: <https://seducptl.ufms.br/files/2022/05/24.pdf>. Acesso em: maio 2025.